

O PACOTE ECONÔMICO E A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA

PROF. ARMANDO DE MELO LISBOA

1. A conjuntura política na qual se insere o pacote

É comum afirmar que Sarney, ao atirar na economia (inflação), acertou na política, sendo óbvio que o futuro do atual governo está inevitavelmente associado ao futuro destas medidas econômicas. Neste sentido este pacote tem um caráter político, e não simplesmente econômico, sendo necessário que o leiamos no contexto no qual ele se encontra, e não apenas ficaremos discutindo os detalhes técnicos do mesmo.

Estas medidas econômicas implementadas pela "Nova República" fundamentalmente reorientam não apenas a acumulação do capital (retornamos ao predomínio do capital produtivo, e não mais do financeiro-especulativo), mas também, necessariamente, toda a luta política.

Quais os movimentos básicos da conjuntura em que vivemos?

Por um lado encontramos em processo a perspectiva de uma transição conservadora, sem rupturas maiores com o regime militar. Assim, temos no governo Sarney um governo civil sujeito à veto militar, que busca consolidar esta "transição por cima" no congresso constituinte a ser eleito este ano, assegurando, desta forma o controle político das elites sobre o Estado e a modernização/internacionalização da "nossa" economia.

Por outro lado temos as pressões de amplos setores populares organizados não inseridos na Aliança Democrática em direção à uma transição para uma sociedade democrática com rupturas mais profundas em relação ao regime militar (no que tange à eleições diretas à dívida externa, à política econômica) e em direção às transformações sociais necessárias para a eliminação da absurda miséria absoluta em que vive grande parte da nossa população.

No meio deste jogo de forças temos uma profunda insatisfação da população em geral com relação às condições de vida (cujo símbolo principal do seu deterioramento é a inflação), com relação à elite política (sob a imagem da corrupção). É o desejo inconsciente (porque não articulado politicamente) por mudanças, por participação, por uma vida mais estável e previsível, sem riscos, que explode com o movimento das diretas, na "via crucis" de Tancredo, e agora na euforia popular do pacote.

Até 28/02 as perspectivas para 86, já reveladas nas eleições de novembro de 85, eram:

- . Crescimento dos movimentos reivindicatórios da população (luta pela trimestralidade, greve geral, retomada da luta pelas diretas-já, acirramento da luta pela reforma agrária, luta dos agricultores do sul por melhores condições de financiamento);
- . Acirramento das contradições da Aliança Democrática (que, com a divulgação do ministério conservador de Sarney durante o carnaval, colocou o PMDB - principalmente sua ala esquerda - profundamente descontente com o governo federal);
- . Gradual esvaziamento do governo Sarney (o qual tinha se revelado até então fraco e indefinido).

Ora, o governo da Aliança Democrática, para garantir esta "transição entre as elites" precisaria impedir o avanço das forças capazes de realizar transformações mais profundas em nossa sociedade. Para isto era necessário canalizar o desejo (o inconsciente) da população por mudanças. É isto que o pacote "econômico" permite, revertendo e neutralizando aquelas perspectivas para este ano.

2. As Contradições do Pacote

Como devem as forças populares reagir ao plano de estabilização econômica, evitando o "congelamento" das suas lutas?

Em primeiro lugar é preciso evitar reações "esquerdistas-infantis" de se colocar simplesmente contra, o que seria caracterizado pelos meios de comunicação de massa como atitude "não patriótica", além de ir contra o desejo da população, o que significaria isolamento político.

É preciso perceber que algumas das medidas implementadas (congelamento dos preços, salário-desemprego, fim da especulação financeira) são reivindicações históricas dos trabalhadores e, por isso, conquistas dos mesmos, ainda que limitadas. É preciso perceber, ainda, que o pacote não atinge uniformemente toda a sociedade, se limitando a ter maior significado político em termos de mobilização popular nas camadas médias dos grandes centros urbanos.

Entretanto, para reverter o efeito político deste pacote (à semelhança de um efeito bumerangue) e avançar na construção de uma sociedade efetivamente democrática, é fundamental desvendar os limites e as contradições destas medidas, percebendo as tendências das forças que elas desencadeiam. Vejamos:

- a) A contradição entre o estímulo à participação e o estímulo ao autoritarismo.

O pacote pode significar um avanço da cidadania, do processo de participação e constituição de sujeitos da vida política-social, ainda que inicialmente no plano da luta "individual" dos consumidores pelos seus direitos. Este potencial de participação popular pode se aprofundar na direção do "controle popular dos preços", na criação de novas formas de controle social, indo além da fiscalização varejista. Porém, pode significar também um retrocesso social, contribuindo na construção de uma sociedade populista-autoritária, na medida em que a ação popular foi criada por decreto-Estado, em que a figura do "fiscal do Sarney" contém "traços não democráticos assustadores" (M. Chauí):

- a) confunde o direito dos cidadãos de defesa de seus interesses com função policial, estimulando sociabilidade baseada na delação; b) cria a ilusão de uma sociedade una, sem Classes, lutando pelos mesmos interesses e contra o mesmo inimigo sem rosto (a inflação);

c) marginaliza as organizações da sociedade civil (sindicatos, associações comunitárias) e os partidos, tornando um "perigo para a sociedade" as suas reivindicações (aumento salarial) e formas de luta (greve).

É preciso perceber as energias sociais liberadas pelo pacote, que o mesmo desencadeia forças que podem ter direções opostas, não previstas pelos seus autores. Assim como a energia das diretas foi canalizada para uma eleição indireta, esta alegria com o pacote será canalizada para onde? Para desvitalizar a luta (que estava em ascensão) por transformações de fato?

Creemos que as próximas contradições apontadas podem, se bem exploradas pelos setores populares, contribuir para a reversão do feitiço contra o feiticeiro.

- b) O pacote congela a economia, mas quer consolidar o mercado.

O congelamento dos preços foi o grande movente da mobilização popular pelo controle dos preços, criando uma expectativa dentre a população de que o congelamento seja duradouro, além de exigir intervenção total do Estado na Economia. Porém, contraditoriamente este congelamento é apenas um "engessamento" temporário de uma economia de mercado. O Planalto já vive este dilema, pois sabe que não poderá conter os preços por tempo, mas politicamente também não pode "decepcionar seus fiscais". A mobilização provocada pela reforma é, talvez, mais esperançosa e determinada que a das diretas em 84. Estes que hoje fiscalizam as lutas, fiscalizam, de fato, a própria reforma e estão aprendendo a fiscalizar o governo e a cobrar o prometido.

- c) As tensões entre as diferentes frações do capital.

Uma vez que os preços relativos praticados entre as empresas não estavam estáveis em 27/02, ocorre hoje um delicado processo de negociação entre os diferentes setores da economia para ajustamento às novas condições

do mercado impostas pelo pacote, onde se discute, fundamentalmente, como manter as margens de lucro em níveis aceitáveis e compatíveis com os preços finais fiscalizados pelo consumidor.

Esta "briga entre ricos" (FUNARO) já está levando à ausência (temporária?) de produtos no mercado em virtude dos impasses e estrangulamento nas negociações de preços entre os fornecedores de matéria prima com os setores industriais, entre alguns setores industriais, e entre industriais e distribuidores. Alguns empresários já estão exigindo uma maior intervenção do Estado neste processo, uma vez que as empresas não estão chegando a um acordo.

Possivelmente o perigo maior para o sucesso deste pacote reside nas tensões provenientes do redimensionamento do capital bancário e do ajuste entre os empresários pois, para o êxito da reforma, é necessário a manutenção do abastecimento de alimentos e da produção de bens de consumo.

- d) O pacote favorece o capitalismo, mas torna mais visível as contradições sociais.

A intenção básica dos autores do pacote é tornar o capitalismo brasileiro mais saudável, na medida em que ataca diretamente (ainda que parcialmente) o circuito especulativo do capital.

Porém, baixada a poeira do pacote e diminuído o ritmo da inflação, ficarão transparentes a estrutura de distribuição da renda, e as contradições existentes em nossa sociedade, assim como as perdas históricas (agora congeladas) que os trabalhadores tiveram, mais acentuadamente durante o regime militar. Os trabalhadores agora vão lutar não apenas pela reposição do que perderam com a inflação, mas principalmente, por aumentos reais que alterem a sua posição relativa na distribuição da riqueza.

Contraditoriamente o decreto-lei permite a população desvendar a "Máscara do inimigo". Depois do cruzado os trabalhadores colocaram "sobre suspeição o circuito do comércio, a face mais exposta do circuito capitalista. Não é a ira contra o quitandeiro, o pequeno comerciante: é a revolta contra os grandes conglomerados, os grandes grupos, em que se constituíram os supermercados" (P.S. Pinheiro). Rompe-se assim com a imagem em que os capitalistas são venerados como as "classes produtoras" que contribuem para o progresso.

3. Perspectivas

Temos de estar preparados para dois cenários futuros alternativos: a perspectiva do sucesso (mesmo que momentâneo e parcial) do plano de estabilização econômica, como também a do seu insucesso. Como aprofundar a luta por uma sociedade democrática, neste momento de transição, em cada destes cenários?

Caso a implementação do pacote tenha êxito, os setores organizados da população, ao contribuir para a extensão das medidas impostas pelo decreto-lei 2.283, aprofundando a participação popular sobre o controle de preços (que no limite é o controle sobre a economia) e desmascarando os limites e efeitos econômicos (arrocho salarial) e políticos do decreto, devem canalizar a imensa energia liberada em direção às mudanças necessárias à uma democracia mais significativa em nossa sociedade.

Porém, sendo visível que a inflação não acabará (uma vez que o Plano de Estabilização não ataca suas causas primárias decorrentes da estrutura classista de nossa sociedade, mas sim seu componente inercial, derivativo) e que o pacote traz consigo muitas dificuldades, os setores populares organizados devem estar atentos às contradições do mesmo, sabendo explorá-las, evitando assim que a "culpa" por um eventual fracasso dessas medidas recaia sobre si, mas sobre seus efetivos responsáveis: o Estado e o Capital.